



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ACESSIBILIDADE EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FEDERAL: PERSPECTIVA DE UMA ALUNA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Maria Luíza Gesser da Silveira - UFSC

Marisa Nilson - UFSC

Paola Macarini - UFSC

Tainá Teresinha Coelho - UFSC

Elisete Dahmer Pfitscher - UFSC

RESUMO

No Brasil, pela legislação vigente, todas as pessoas, inclusive aquelas portadoras de necessidades especiais, têm o direito de acesso à saúde, educação, trabalho e lazer. Assim o objetivo desta pesquisa classificada como um estudo de campo de descritivo e exploratório e de abordagem qualitativa e quantitativa é: verificar a situação de um centro de ensino, em um campus universitário catarinense, quanto aos aspectos de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais através da percepção de uma cadeirante. Como resultado se verificou que os quesitos que apresentaram o melhor desempenho foram: a colaboração dos professores em adaptar suas atividades para acadêmicos portadores de necessidades especiais participarem, e a manutenção adequada das instalações. Já os fatores com o pior desempenho na avaliação são: banheiros não apropriados, e auditórios que não são apropriados para participação destes acadêmicos nas atividades lá desenvolvidas. No contexto geral de 65 pontos possíveis, o centro de ensino obteve apenas 39, o que corresponde a 60% do contexto geral.

Palavras-chave: Acessibilidade. Portadores de Necessidades Especiais. Instituições de Ensino Superior.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Historicamente a sociedade evolui para atender diversas demandas e necessidade dos indivíduos que a compõe, neste sentido torna-se relevante que todos os usuários sejam contemplados, inclusive portadores de alguma necessidade especial ou aqueles com mobilidade reduzida, sendo estas decorrentes de alguma característica física ou mental.

No Brasil, pela legislação vigente, todas as pessoas, inclusive aquelas portadoras de necessidades especiais, têm o direito de acesso à saúde, educação, trabalho e lazer. Neste contexto, os indivíduos devem ser tratados de igual forma, logo as necessidades de todos devem ser identificadas para poderem ser suprimidas (ANDRADE *et al.*, 2007).

Logo, organizações que em seu escopo apresentem situações de atendimento ao público em geral devem adaptar suas estruturas e atividades para que estas sejam acessíveis para todas as pessoas. O termo acessibilidade pode ser definido como o cenário com condições de alcance para utilização por todos, de modo seguro e autônomo, de espaços, de mobiliário, de equipamentos urbanos, de edificações, de transportes, entre outros, por pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998).

Assim cabe a todas as entidades buscar formas de inclusão para todos os indivíduos pertencentes à região em que esta inserida, tornando possível o acesso aos serviços oferecidos ou a estrutura arquitetônica envolvida na prestação destes serviços.

[...] incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais - aquelas referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si. (CARVALHO, 1999 apud FERREIRA, 2007, p.44).

Neste contexto, as instituições de ensino, de todos os níveis, devem ser precursoras no objetivo de alcançar a inclusão e acessibilidade de todos, adaptando suas estruturas físicas e rompendo as barreiras psicológicas por parte de toda comunidade. Para suprir estas demandas, ouvir a realidade de pessoas portadoras destas necessidades se apresenta, como importante ferramenta, para soluções das barreiras existentes. O cenário exposto conduz ao seguinte questionamento “*Como se encontram as condições de acessibilidade, de um centro de ensino em uma Instituição de Ensino Superior Catarinense, sob a perspectiva de um cadeirante?*”

Para responder a este questionamento traçou-se o seguinte objetivo: verificar a situação de um centro de ensino, em um campus universitário catarinense, quanto aos aspectos de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais através da percepção de um cadeirante. Portanto este estudo pretende expor, a situação atual da acessibilidade, de um centro de ensino de uma Instituição de Ensino Superior Catarinense. O estudo busca, ainda, contribuir com apontamentos sobre possíveis pontos de melhoria.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As discussões sobre assuntos relacionados à responsabilidade social são recorrentes na sociedade contemporânea. Pela via das universidades o escopo deixa de ser voltado exclusivamente para a formação profissional, e passa a atender também as demandas da sociedade, passa a direcionar esforços para prática de ações sociais que visam atender a todas as pessoas inseridas na comunidade em que atua. Preocupações com condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, bem como para aqueles com mobilidade reduzida, permeiam a pauta dos gestores destas instituições. Assim este tópico busca abordar temas relevantes para o entendimento desta pesquisa.

2.3 Acessibilidade

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), em seu Art. 1º, afirma que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito. Logo independente de limitações físicas, todos tem o direito de dispor de condições para ter acesso à educação. Questões relacionadas à acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais começaram a vigorar em políticas públicas há pouco tempo (COSTA, MAIOR e LIMA, 2005). Discussões relacionadas ao tema são fundamentadas pelos direitos humanos e de cidadania, frutos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1948).

Conforme Aceti (2007), o objetivo não é assegurar a aparente igualdade (física ou psicológica), mas sim a igualdade de oportunidades de acesso, tanto de locomoção quanto de comunicação, bem como o acesso aos meios de informação e ao ensino. O direito que cada cidadão tem de ir e vir é prejudicado, ao tempo que o acesso a um ambiente possui uma barreira física ou de comunicação.

Em termos de legislação, o Decreto Lei nº 5.296/04, regulamenta as Leis nº 10.048/00 e 10.098/00, sendo que esta última dispõe e estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. O art. 24 da Lei 10.098 de 2000 estabelece que as instituições de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive, as salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 promulga a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007), que em seu art. 9º, dispõe da acessibilidade, que tem por objetivo possibilitar às pessoas portadoras de necessidades especiais viverem com autonomia e com plena participação em todos os aspectos de sua vida.

Ainda neste contexto a Política Nacional de Educação Especial, que trata também sobre a Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), busca assegurar a inclusão escolar de alunos



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

específicos, e orientar os sistemas de ensino, entre outros itens, a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação. Logo, são necessárias ações de planejamento e organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, dos sistemas de informação, dos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados desde os processos seletivos, bem como todas as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

E por fim, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, prevê a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais da educação superior, eliminando as barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmica e social do aluno com portador de necessidades especiais. Nesta mesma data foi promulgado o Decreto nº 7.612, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que apresenta quatro eixos de atuação: acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social; e acessibilidade tanto física, como de comunicação e afetividade.

2.2 Instituições de Ensino Superior e Acessibilidade

Instituições de ensino em geral são as ferramentas pelas quais o Estado deveria assegurar o estabelecido pelo artigo 205 da Constituição Federal de 1988, o qual afirma: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". O referido artigo não faz distinção entre indivíduos, logo este direito deve ser assegurado a todos.

O ensino superior brasileiro é objeto de escopo de Universidades, Institutos Federais, Faculdades ou Centros de Ensino, podendo estas serem constituídas pela disposição de recursos públicos ou privados. Porém, para Chauí (2003, p.1) o conceito de universidade vai além do simples ato de repassar conhecimento, para ser percebido como "instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo". Logo, o objetivo destas instituições de ensino vai além de preparar acadêmicos para o mercado de trabalho, estas precisam ser flexíveis e se mostrar aptas às mudanças necessárias para atender a todos os públicos.

Para Duarte e Cohen (2003) um espaço não vivenciado pode ser percebido como uma barreira ao relacionamento, que pode representar uma situação pior que as barreiras físicas. Desta forma, estes autores propuseram que espaços acadêmicos precisam ser democráticos, para que todos possam usufruir os mesmos. Assim, cabe a direção destas instituições criar soluções técnicas adequadas para atender a este objetivo. A consideração das características, de pessoas portadoras de alguma necessidade especial ou aquelas com mobilidade reduzida, não devem ser vista por questões de solidariedade, mas pelo princípio de sociedade, na qual se entende que todos devem participar com direito de igualdade.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Segundo Aranha (2004) a acessibilidade física é um dos principais requisitos para a universalização do ensino, quando esta não é disponibilizada, não é possível garantir a educação para todos. Neste contexto, se não é possível garantir o direito básico da educação para todos, logo também não é possível garantir a inclusão de todos na sociedade como iguais. Conforme Duarte e Cohen (2003), espaços inclusivos permitem que todos, inclusive as pessoas portadoras de necessidades especiais, usufruam de tais espaços com segurança, competência e liberdade, de forma harmoniosa entre a pessoa e mundo exterior.

Pelo exposto, um ambiente acadêmico acessível a todos deve “atender às necessidades de pessoas com dificuldades motoras, sensoriais, cognitivas e de comunicação. Criando condições com segurança e autonomia de: comunicação, orientação, deslocamento e uso.” (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DA UFSC, 2012, p. 4)

3 Metodologia de Pesquisa

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, os objetivos desta pesquisa são caracterizados como descritivos, conforme Gil (2010), as pesquisas descritivas buscam detalhar as características de determinada população ou fenômeno. Ainda sobre este modelo de estudo, pode-se dizer que o objetivo é observar os fatos, proceder com os registros, analisá-los para, em seguida, poder proceder com a classificação e interpretação dos mesmos, refletindo assim a realidade sem interferência do pesquisador (ANDRADE, 2002).

A classificação quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de campo descritivo e exploratório. Descritivo, na medida em que faz um levantamento inicial da situação de acessibilidade de um centro de ensino de uma Instituição Federal de Ensino Superior – IFES. E exploratório, ao tempo em que se aprofunda nas constatações obtidas pela abordagem descritiva.

Para Richardson (2009, p. 71) “os estudos de natureza descritiva propõem-se investigar ‘o que é’, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal.” Neste contexto os pesquisadores se preocuparam em elencar as práticas e a disponibilidade de acesso oferecidas pela entidade. De acordo com Gil as pesquisas exploratórias (2010, pg. 27), “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”.

A abordagem do problema é qualitativa e quantitativa. Qualitativa, pois tem como foco descrever o atual *status quo* da acessibilidade fornecida pelo centro de ensino. Quantitativa, pois busca estabelecer, através da escala *Likert*, o nível de satisfação de um cadeirante, sobre as condições de acessibilidade ofertadas pelo centro de ensino e pela Universidade como um todo, sendo este o local onde a entrevistada estuda.

Para Silva (2010, p. 28) a abordagem qualitativa: “[...] têm-se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais”. Já para Richardson (2009), a pesquisa é quantitativa, busca empregar



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ferramentas de quantificação, desde a coleta das informações até seu tratamento por meio de técnicas estatísticas.

Para a coleta dos dados necessários, optou-se pela aplicação de um questionário junto a uma pessoa portadora de necessidades especiais, neste caso uma cadeirante e acadêmica do referido centro. Em primeiro plano o questionário apresenta um quadro com várias questões, e uma escala tipo *Likert*, adaptada a percentuais. Além da referida escala, solicitou-se a respondente que, para cada quesito fosse estabelecido uma pontuação (pontos possíveis), onde o 1 corresponde a nota mais baixa e 5 a nota máxima. Esta pontuação deveria ser atribuída através da percepção de quais aspectos apresentam maior relevância para rotina de pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Depois de preenchido quadro e atribuído o nível de satisfação para cada quesito, foi solicitado ao respondente, que o mesmo discorresse sobre as questões que julgasse relevante, e em sua opinião, apontasse suas maiores dificuldades ou os pontos positivos acerca do mesmo, para, desta forma, obter uma melhor perspectiva sobre o contexto de acessibilidade oferecido pela instituição como todo.

O estudo se estrutura em quatro fases. A primeira etapa traz uma breve introdução que aborda o questionamento que originou o estudo e seu objetivo. Na segunda fase é apresentado um breve referencial teórico sobre os temas ligados ao assunto. A terceira etapa apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, bem como os dados obtidos através de um questionário semi estruturado, que foi respondida por uma aluna portadora de necessidades especiais. Pela quarta e última etapa são demonstradas as considerações finais.

4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

O Centro de Ensino, objeto de estudo, é um dos onze centros que compõe uma Instituição Federal de Ensino Superior. O referido centro atende a 5.556 alunos de graduação distribuídos em 14 cursos, e 320 alunos de pós-graduação atendidos por 12 cursos. A acadêmica participante da pesquisa é acadêmica de um dos cursos presenciais oferecidos pelo centro. O Quadro 1 apresenta as questões apresentadas ao respondente, e as devidas respostas já com a pontuação atribuída pela respondente.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ASPECTOS RELEVANTES		0%	De 0 até 20%	De 21% até 40%	De 41% até 60%	De 61% até 80%	De 81% até 100%	Pontos possíveis	Escore obtido
		0	1	2	3	4	5		
1	Há organização e boas condições no local para o atendimento aos acadêmicos portadores de necessidades especiais - APNE (cadeirantes)?				X			5	3
2	Existem condições institucionais de adequação de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e relação destas com as políticas públicas e com o contexto social para APNE (cadeirantes)?					X		5	4
3	As salas de aula são arejadas e apropriadas à atividade de ensino para APNE (cadeirantes)?					X		5	4
4	Os laboratórios de ensino/pesquisa são arejados e apropriados para APNE (cadeirantes)?			X				5	2
5	Há acessibilidade da infra-estrutura (prédios) aos APNE (cadeirantes)?				X			5	3
6	Existem banheiros apropriados para APNE?	X						5	0
7	Há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas para APNE (cadeirantes)?			X				5	2
8	Há programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico APNE (cadeirantes) referentes à realização de eventos (científicos, técnicos, esportivos e culturais, divulgação, produção científica)?					X		5	4
9	Existe a representatividade nos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a entidade mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária de APNE nos processos decisórios?							5	
10	O Centro de Ensino apresenta espaços adequados (quantidade e qualidade) de apoio como: cantina, setor para fotocópias, agências bancárias, livrarias, e outros serviços necessários para APNE (cadeirantes)?				X			5	3
11	Há a manutenção adequada (quantidade e qualidade) dos espaços físicos da instituição?					X		2	2
12	Há percepção dos alunos quanto ao incentivo dos professores a desenvolver trabalhos					X		3	2



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

	voltados a área social e ambiental?								
13	Há colaboração dos professores quanto à adequação das atividades para APNE?						X	5	5
14	Os auditórios são apropriados para participação das atividades por parte dos APNE (cadeirantes)?	X						5	0
	Sub-total	2	0	2	3	5	1	65	39

Quadro 1: Questionário semi-estruturado
Fonte: elaborado pelos autores (2013).

Conforme é possível observar no Quadro 1, apenas para duas questões a acadêmica não atribuiu cinco pontos, ou seja, pontuação máxima proposta, acerca da relevância destes fatores para a rotina de APNE. Quanto à percepção dos aspectos investigados, dois obtiveram pontuação máxima, quais sejam: a colaboração dos professores em adaptar suas atividades para que APNE possam participar das mesmas, que obteve cinco dos cinco pontos possíveis; e, sobre a manutenção adequada das instalações que alcançou os dois pontos atribuídos a este quesito.

Três quesitos obtiveram quatro pontos dos cinco possíveis, estes se referem às condições institucionais de adequação de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e relação destas com as políticas públicas e com o contexto social; salas de aula arejadas e apropriadas as atividade; e, programas de apoio ao desenvolvimento do acadêmico. Assim, neste grupo em que figuram os quesitos que obtiveram de 61% até 80% de percepção de atendimento, ainda é necessário destacar, há percepção dos alunos quanto ao incentivo dos professores a desenvolver trabalhos voltados à área social e ambiental, que obteve dois de três pontos.

Outros três quesitos alcançaram três pontos de cinco, e estes tratam de: organização e boas condições no local para o atendimento; acessibilidade da infra-estrutura; e, espaços comuns, sendo que neste caso não se consideram as salas de aula, adequados com quantidade e qualidade. Dois aspectos obtiveram apenas dois pontos em cinco e estão relacionados aos laboratórios de ensino e as instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência.

Por fim, outros dois fatores considerados importantes pela percepção da entrevistada, não alcançaram pontuação alguma de cinco pontos possíveis, estes fatores estão relacionados há existência de banheiros não apropriados, e aos auditórios que não são apropriados para participação de APNE nas atividades. Logo é possível verificar que de 65 pontos possíveis, o centro de ensino obteve apenas 39, o que corresponde a 60% do contexto geral.

Depois de a entrevistada atribuir pontuação para os critérios, preencher a escala *Likert*, solicitou-se que a mesma comentasse as questões julgadas por ela relevantes. Para a primeira questão – “Há organização e boas condições no local para o atendimento aos acadêmicos portadores de necessidades especiais – APNE (cadeirantes)?” Os apontamentos revelam que,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

nos locais de atendimento ao público, a altura dos balcões prejudica o acesso dos APNE, sendo que esta disposição ocorre em grande parte dos departamentos da Universidade. Nas salas de aula, há muito poucas carteiras que podem ser utilizadas por cadeirantes, seja por estas virem com cadeiras acopladas, ou por não terem a largura necessária para poder encaixar a cadeira. Quanto à locomoção esta é boa, pois o terreno da Universidade é plano, com poucos obstáculos como calçadas quebradas.

Sobre a questão 2 – “Existe condições institucionais de adequação de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e relação destas com as políticas públicas e com o contexto social para APNE (cadeirantes)?” A entrevistada afirmou não conhecer políticas de permanência constante de alunos cadeirantes na Universidade. Considera este um ponto delicado, pois é difícil conseguir, por exemplo, a instalação de cadeirantes na moradia estudantil de maneira satisfatória. Sobre o tempo de permanência na universidade, a acadêmica afirma que também é complicado, pela necessidade de ter de passar sonda em intervalos regulares, devido à falta de banheiros com condições de higiene adequadas.

Quanto à terceira questão – “As salas de aula são arejadas e apropriadas à atividade de ensino para APNE (cadeirantes)?”. As salas de aula são muito boas, com um ótimo espaço de locomoção. E com possibilidade de aumentar os corredores entre carteiras sem grandes problemas, o único ponto negativo são as carteiras, conforme mencionado na primeira questão.

Os pontos positivos apresentados no tópico anterior não se repetem para questão 4 – “Os laboratórios de ensino/pesquisa são arejados e apropriados para APNE (cadeirantes)?” De acordo com o relato, o único laboratório que a mesma teve contato foi o de informática do centro em que esta estuda, e este deixa muito a desejar devido ao pouco espaço para mobilidade, o que torna difícil o acesso aos computadores.

Para questão 5 – “Há acessibilidade da infra-estrutura (prédios) aos APNE (cadeirantes)?” A acessibilidade na maioria dos prédios em que a entrevistada circula é muito boa. O único prédio cujo acesso é difícil é o do Departamento de Administração Escolar. Sobre a 6ª questão: “Existem banheiros apropriados para APNE?” A acadêmica afirma que “banheiros acessíveis são um problema na Universidade”, de acordo com a mesma os banheiros adaptados não possuem a higiene necessária para que uma pessoa com necessidades especiais possam usar este com segurança. Já as questões 7 e 8 não foram comentadas pela entrevistada.

Quanto a 9ª questão “Existe a representatividade nos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a entidade mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária de APNE nos processos decisórios?” a afirmação da entrevistada foi a seguinte: “não conheço a representatividade, por falta de envolvimento meu mesmo”.

O décimo questionamento “O Centro de Ensino apresenta espaços adequados (quantidade e qualidade) de apoio como: cantina, setor para fotocópias, agências bancárias, livrarias, e outros serviços necessários para APNE (cadeirantes)?” Sobre estes aspectos a resposta foi que a maior necessidade está relacionada à falta de banheiros adaptados, e de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

estacionamentos específicos que tenham proximidade com as salas de aula. Para solucionar esse problema, a acadêmica utiliza o estacionamento reservado aos professores do centro onde estuda, mas a mesma acredita que esta ainda não é a solução ideal para os demais acadêmicos portadores de necessidades especiais e para a Universidade como um todo. As questões 11 a 13 não receberam nenhum apontamento da entrevistada.

E por fim sobre a questão de número 14 “Os auditórios são apropriados às atividades de apoio para APNE (cadeirantes)?” O relato aponta que tanto o auditório do centro como o da reitoria da Universidade, não apresentam um espaço sem inclinação onde a cadeira de rodas possa permanecer durante uma palestra, o que dificulta o acesso a determinados eventos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual contexto social bem como as atuais disposições legais sobre a necessidade de alcançar a inclusão e acessibilidade de todos, conduz as instituições de ensino superior a adaptar suas estruturas físicas e institucionais, para assegurar o acesso aos seus serviços pelos portadores de necessidades especiais, ou aqueles com mobilidade reduzida. Frente a isso, pode-se afirmar que o objetivo da pesquisa de verificar a situação de um centro de ensino, em um campus universitário catarinense, quanto aos aspectos de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais através da percepção de uma cadeirante foi alcançado.

Para suprir este objetivo e responder a questão que motivou esta pesquisa aplicou-se um questionário, que foi respondido por uma acadêmica do centro de ensino e portadora de necessidades especiais, mais especificamente uma cadeirante. O referido questionário foi adaptado há uma escala *Likert*, sendo que para cada quesito atribuí-se pontos possíveis, e após o preenchimento desta escala, a respondente percorreu sobre os aspectos julgados por ela pertinentes.

Dos quesitos investigados, dois obtiveram pontuação máxima, três quesitos obtiveram quatro pontos dos cinco possíveis, e sob esta perspectiva de quesitos que obtiveram de 61% até 80% um quesito também alcançou dois de três possíveis pontos. Três quesitos alcançaram três em cinco, e dois aspectos obtiveram apenas dois pontos em cinco. Por fim, outros dois pontos considerados importantes não alcançaram ponto alguma dos cinco pontos possíveis.

Os quesitos que apresentaram o melhor desempenho foram: a colaboração dos professores em adaptar suas atividades para acadêmicos portadores de necessidades especiais participarem, e a manutenção adequada das instalações. Já os fatores com o pior desempenho na avaliação são: banheiros não apropriados, e auditórios que não são apropriados para participação destes acadêmicos nas atividades lá desenvolvidas. No contexto geral de 65 pontos possíveis, o centro de ensino obteve apenas 39, o que corresponde a 60% do contexto geral.

De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007), que em seu art. 9º, dispõe da acessibilidade que busca possibilitar às pessoas



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

portadoras de necessidades especiais viverem com autonomia e com plena participação em todos os aspectos de sua vida. O centro de ensino objeto deste estudo tem buscado agir pró – ativamente e possibilitar o acesso aos seus serviços por acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Sugere-se para futuros trabalhos, a expansão dessa análise para outros centros de ensino, bem como sua aplicação no campus universitário como todo. Fazer uma análise em duas ou mais universidades distintas para que seja possível comparação a nível regional quanto aos aspectos de acessibilidade. Além da análise da acessibilidade, podem-se realizar pesquisas junto aos graduandos sobre as possibilidades de melhoria, a fim de tornar possível o acesso as atividades desenvolvidas pela Universidade por todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002

ACETI, D. C. S. O amparo legal aos portadores de necessidades especiais. Anuário de Produção Acadêmica Docente - ANUDO, v. 1, n. 1, p. 207-214, 2007. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/anudo/issue/view/35/showToc>>. Acesso em: 31 mar. 2011.

ANDRADE, M.S.A.; et al. Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior. 2007. Artigo eletrônico. Disponível em: <<http://www.fasb.edu.br/revista/index/php/conquer.article/view/pdfinterstitial27/0>>. Acesso em: 3 abr. 2008.

ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva – Referenciais para a construção de sistemas educacionais Inclusivos: a escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 3.

BARBIERI, J. C. CAJAZEIRA, J. E. R. RESPONSABILIDADE E SENSIBILIDADE SOCIAL. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/49166336/Barbieri-Cajazeira-2009>> Acesso em: 25/10/2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

_____. Os direitos das pessoas portadoras de deficiência – Lei no 7.853/89. Decreto nº. 914/93. Brasília, DF: Corde, 1994.

_____. PROJETO DE LEI (4.767/98). Normas gerais e Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Brasília, DF, 1998.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dezembro 2000. Seção 1, p. 2.

_____. Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 30 mar.2011.

CARVALHO, R. C. Representações sociais: dos modelos de deficiência à leitura de paradigmas educacionais. 219p, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação, Santa Mari

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED. Poço de Caldas, 05 de out. 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/marilenachauianped2003.doc>> Acesso em: 17 jul. 2013.

COSTA, G. R. V.; MAIOR, I. M. M. L.; LIMA, N. M. Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica. Disponível em: <http://www.prodiam.sp.gov.br/multimedia/midia/cd_atiid/conteudo/ATIID2005/MR1/01/AcessibilidadeNoBrasilHistorico.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2011.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. O ensino da arquitetura inclusiva como ferramenta para melhoria da qualidade de vida para todos. In: LARA, F.; MARQUES, S. (Org.). Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003. p. 159-173.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarryet *al.* Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

SILVA, A. C. R. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.